

## **LEI Nº 4.623, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

"Dispõe sobre a concessão de uso de bem público e dá outras providências".

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso do espaço "Multi Eventos", localizado na Praia Municipal Pôr-do-Sol, para realização do "Réveillon 2018", à entidade sem fins lucrativos sediada no Município de Pereira Barreto, que será escolhida por meio de Chamada Pública a ser realizada pela Administração.
- **Art. 2º** A presente concessão administrativa, que é de interesse público, destinar-se-á, única e exclusivamente, para que a entidade, com o apoio da Prefeitura, possa promover o evento no dia 31 de dezembro de 2017, quando das festividades alusivas ao dia da Confraternização Universal e da Paz.
- **Art. 3º** Fica igualmente o Executivo Municipal autorizado a repassar à entidade, a importância de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), como forma de colaboração pela parceria, a ser formalizada através do competente termo de colaboração, observadas as exigências mínimas a serem definidas em plano de trabalho constante do edital do chamamento público.

**Parágrafo único.** O repasse constante no *caput* deste artigo, será coberto com verbas próprias consignadas no orçamento vigente, e terá a seguinte classificação analítica da despesa, a saber:

## 02 13Secretaria Mun. Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico02 13 02Divisão de Turismo23 695 0036 2066 0000 – Atend. a Demanda Funcional Adm. e Financeira Ativ. Tributária3.3.50.41ContribuiçõesFicha 460 – Fonte 01 – TesouroR\$ 40.000,00

**Art. 4º** A entidade deverá observar os valores e prazos constantes do Plano de Trabalho, das obrigações institucionais, do atendimento das normas de acessibilidade e de segurança em especial as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros, bem como da observância do Estatuto da Criança e Adolescente.





- **Art. 5º** Eventuais danos de ordem moral ou material a direitos ou ao patrimônio de terceiros, decorrentes de atos ilícitos por ocasião da realização do Réveillon, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade.
- **Art. 6º** É condição indispensável que a Diretoria da Entidade, apresente relatório fundamentado da Prestação de Contas do valor repassado até o dia 31 de janeiro de 2018, nos moldes exigidos pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 30 de novembro de 2017.

## JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra

